



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1091

A CONCEPÇÃO ANTROPOLÓGICA DAS ENCÍCLICAS DO CONCÍLIO VATICANO II (1962-1965)

Marlei Correia

UNICENTRO

Resumo

O estudo dos Fundamentos da Educação amplia a compreensão do fenômeno educativo lançando luzes para o sentido que se pretende dar à formação das pessoas. Considerando-se que ninguém escapa da educação, todo sujeito é formado de acordo com um projeto de pessoa, de mundo e de sociedade que concorrerão para dar-lhe uma identidade e para inseri-lo em algum grupo social. O pensamento da Igreja da década de 60 é carregado de concepções antropológicas e ideológicas que resultaram das reflexões do Concílio Ecumênico Vaticano II. Nesse período, a Igreja pensa um ideal de formação humana, abrindo-se à contemporaneidade, cujas propostas de ações se encontram nas dezesseis encíclicas do Concílio. Convém neste estudo, investigar qual foi o modelo antropológico formativo que a Igreja pensou para os cristãos e como ele se organizou na sociedade. Para atingir tais objetivos, recorreu-se ao estudo aprofundado de sete das dezesseis encíclicas pontifícias que melhor expressam esse modelo de homem, de sociedade e de educação idealizada pela Igreja. Esse estudo de natureza documental nos permite verificar muitas das estratégias da Igreja não se efetivaram na prática, em decorrência de questões de ordem social, política e cultural, que nem sempre contribuíram para a emancipação do homem contemporâneo, dificultando a aproximação da Igreja na vida das pessoas.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; antropologia; formação humana; cristianismo.

Introdução e justificativa

Um dos acontecimentos de maior importância na história da Igreja Católica e por assim dizer, para a educação confessional católica, especialmente no Brasil e na América Latina, foi o Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, no qual foram definidas grandes mudanças na relação entre a Igreja e o mundo contemporâneo. Essas mudanças implicaram na atribuição de um novo olhar sobre os processos formativos cuidados pela Igreja e a maneira como deveriam acontecer, estabelecendo desse modo, um projeto de pessoa, de educação e sociedade.

O Concílio Vaticano II é considerado um marco na história da Igreja por representar a abertura da Igreja ao mundo contemporâneo e culminar na sua renovação pastoral. Esse acontecimento deu-se de forma ecumênica e visou romper

com as velhas estruturas do catolicismo, provocando mudanças em todos os âmbitos eclesiais, inclusive em questões pertinentes à sociedade, onde esse novo olhar da Igreja buscava ultrapassar as barreiras da confessionalidade e avançar em direção aos espaços laicos.

O discurso católico sobre a educação, homem e sociedade, nos quais se pretende fazer uma análise antropológica e social, encontra-se nos dezesseis documentos resultantes das discussões da assembleia conciliar. Dentre esses são relevantes para este estudo: a Declaração *Gravissimum Educationis*, a Constituição *Gaudium et spes*, a Declaração *Dignitatis Humanae*, o decreto *Inter Mirifica*, o Decreto *Unitatis Redintegratio*, *Lumen Gentium* e o Decreto *Apostolicam Actuositate*. Diante disso, esse estudo se justifica pela tentativa de compreender pelo viés antropológico e pedagógico, a exposição da Igreja ao mundo contemporâneo, e ainda, as suas ações educacionais (cursos de formação, liturgia, pastorais e movimentos, ensino formal e não-formal, campanhas da fraternidade e outros subsídios literários de cunho formativo) para formar a identidade dos fiéis e influenciar nas suas atitudes, tendo em vista a contribuição para a formação do homem.

Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral analisar as estratégias da Igreja Católica brasileira a partir da compreensão do pensamento antropológico presente nas encíclicas do Concílio Vaticano II, seu enfoque na educação e na formação dos sujeitos tendo em vista um modelo de pessoa, educação e sociedade. Nessa perspectiva, os objetivos específicos se definem em: contextualizar historicamente o Concílio Vaticano II; Analisar o discurso da Igreja nas encíclicas do Concílio Vaticano II; identificar o modelo homem, educação e sociedade nas encíclicas; Refletir sobre o projeto antropológico explícito no pensamento da Igreja Católica na década de 60; e por fim, verificar se houve a sistematização desse pensamento nos empreendimentos e estratégias da Igreja.

Resultados

O Concílio Ecumênico Vaticano II foi uma conferência mundial realizada pela Igreja Católica, em Roma, entre os anos 1962 a 1965, considerado o acontecimento eclesial de maior relevância para os cristãos católicos, justamente pela ruptura que

representou e pela promoção de novos paradigmas. Em caráter ecumênico, foram definidas grandes mudanças na relação entre a Igreja e o mundo contemporâneo. O Concílio Vaticano II foi convocado pelo papa João XXIII, cuja especialidade era o diálogo apesar do aspecto conservador e político do seu pontificado. João XXIII faleceu após um ano da abertura do Concílio e em seguida assume o papa Paulo VI.

Segundo Oscar Beozzo, antes de iniciar o período conciliar, bispos católicos de várias partes do mundo apresentaram propostas de temas a serem debatidos nas sessões do Concílio. Cerca de duas mil listas com propostas foram enviadas com os pareceres de inúmeras universidades católicas e faculdades de Teologia, a fim de que a Cúria Romana pudesse examiná-los. Em junho de 1960, o Papa João XXIII convocou dez comissões e designou-lhes a tarefa de estudar as propostas. O Brasil teve intensa participação nesse processo. (BEOZZO, 1993, p. 43).

Se no Concílio de Trento (1545-1563) não houve participação de nenhum bispo do Brasil, e se no Concílio Vaticano I (1869-1870) estiveram presentes apenas quatro dos onze aqui existentes na época, no Concílio Vaticano II (1962-1965) o episcopado brasileiro, numericamente o terceiro do mundo [...] participou com um contingente de que em média se situou entre 150 a 200 membros, para não falarmos da contribuição dos peritos em geral. Este elevado número teve um peso considerável nas deliberações. [...] A Igreja do Brasil levou para o Concílio um acréscimo de qualidade. (BEOZZO, 1993, p. 26)

A realização do Concílio atendeu a necessidade de renovar o estilo pastoral da Igreja, visando acompanhar a contemporaneidade pela assunção de uma nova visão de mundo e de maior aproximação das pessoas que, por sua vez, reclamavam novas linguagens e posturas mais atualizadas, dentre elas: a necessidade de renovação da vida religiosa, maior reflexão acerca do ecumenismo, a inserção dos leigos nas atividades eclesiais, o estreitamento dos laços da Igreja Católica com as religiões não cristãs, as urgentes mudanças no campo da liturgia, a acolhida de uma nova linguagem bíblica, a valorização das atividades missionárias, a reflexão sobre questões relacionadas à educação, o papel da família frente à educação dos filhos, os instrumentos de comunicação social, a aceitação da liberdade religiosa, o reavivamento do ministério dos sacerdotes e a situação social das pessoas de diferentes culturas. (BEOZZO, 1993, p.15) Representantes de 28 denominações religiosas e movimentos não cristãos, além de religiosos e religiosas, presbíteros e bispos participaram das discussões durante os quatro anos do Concílio. Já nas primeiras sessões o Vaticano II rompeu com a tradição católica pautada pelo modelo

do Concílio de Trento o que fez notar a superação dos modelos antigos e a abertura aos novos. Tratava-se de uma transição de uma visão antiga do catolicismo para uma mais coerente com o modelo de sociedade contemporânea. O resultado das reflexões conciliares resultou na produção de dezesseis documentos, sendo três Declarações, quatro Constituições e nove Decretos.

Para compreender o pensamento do Concílio vaticano II faz-se necessário entender o contexto social do período, o antes, o durante e o depois do evento, que apesar dos desafios e incoerências entre alguns discursos e ações, é referencial imprescindível para a Igreja atual. Segundo Arroyo (2015), no final da década de 1950, o catolicismo encontrava-se desorientado diante das novas demandas socioculturais e a Igreja via-se ameaçada pela racionalidade científica e pelos conflitos internos.

Na segunda metade do século XX ainda se viviam as sequelas da barbárie da Segunda Guerra Mundial, que gerou a corrida armamentista e a chamada guerra fria, sustentada pelos dois grandes blocos ideológicos: capitalista e socialista. [...] Ocorriam os protestos estudantis, aparecia o movimento *hippie*, a liberação sexual e a cultura das drogas. [...] começavam as viagens espaciais, as pesquisas no campo da bioética, da biotecnologia e da engenharia genética, da informática, da cibernética e da comunicação digital, [...] a tensão entre ditaduras, revolução e democracia, o secularismo e a racionalidade moderna, a industrialização, o urbanismo, as migrações, a consolidação da população operária e dos estados modernos, a fome, a paz, os direitos humanos e culturais dos povos, a defesa ao meio ambiente, a globalização, os regimes totalitários [...] o processo irrefreável da descristianização, o aborto, a eutanásia, a pena de morte. Um mundo que graças às correntes modernistas, esvaziava-se a fé de seu caráter sobrenatural, sustentando que a razão humana é capaz de ter acesso por si só à transcendência. (ARROYO, 2015, p. 32).

Por isso fez-se necessário o “*aggiornamento*”, isto é, sua atualização. É quando ela olha para si mesma, reflete sobre sua postura diante do mundo e dialoga pela primeira vez.

O objetivo primordial foi esplendidamente traçado pelo papa João XXIII em seu memorável discurso de abertura, em sua ótica fundamental, que a Igreja adotaria três direções: a fidelidade à riqueza perene da revelação obtida na Tradição viva, a atenção cuidadosa aos novos cenários do mundo contemporâneo e o anúncio do evangelho que pudesse ser entendida pela sua geração. (ARROYO, 2015, p. 28).

Diante disso, a primeira reforma que o Vaticano II realiza, já nos primeiros dias de concílio, é a instituição da língua vernácula na liturgia. Vale lembrar que em muitos países, a missa era celebrada em latim. Esse foi o primeiro e expressivo paradigma que promoveu a atualização da Igreja Católica no mundo. A seguir, destacam-se as sete encíclicas que nos fazem perceber outras alterações e de

linguagem e postura da Igreja.

A Constituição *Lumen Gentium*, cuja tradução do latim significa “luz dos povos” propõe um ensino novo e ressalta o surgimento do termo “evangelização”, além de enfatizar a missionariedade como meio de aproximação entre os católicos e os não-católicos, considerando-se a diversidade de povos.

Rivero (2015) explica que essa encíclica subjaz uma visão pessimista da realidade onde o homem está inserido, que apesar de sua bondade, pode se submeter às tentações do mundo atual e deixar-se corromper. Por isso reclama a si a necessidade de vigilância e cuidados, além da importância de prover esclarecimentos e ensinamentos que resgatem a bondade da humanidade nas diversas culturas, práxis e religião. Sabe-se que na década de 1960, disseminavam-se no Brasil outras formas de credos, que geravam uma espécie de “concorrência” para a Igreja Católica. Ao recusar “perder” seu espaço, essa constituição lança a ideia da missionariedade como forma de evangelização a todos os povos. (RIVERO, 2015, p. 96).

O Decreto *Unitatis Redintegratio*, cuja tradução é “restauração”, trata dos princípios católicos do ecumenismo. Sabe-se que o Concílio Vaticano II foi ecumênico, levando-se em conta que parte das reflexões contou com o diálogo e a contribuição de pessoas de outras denominações religiosas. Este decreto pontua a abertura da Igreja, pelo menos no discurso, em relação às outras crenças. De acordo com Wolff (2015), o Concílio Vaticano II foi decisivo para que a Igreja superasse as resistências ao movimento ecumênico, nascido em meios protestantes em meados do século XX.

O Concílio impulsionou a Igreja Católica a construir com outras igrejas um diálogo bilateral e multilateral, integrar organismos ecumênicos em diferentes países e continentes, realizar projetos de cooperação na evangelização e na ação social. [...] postura pastoral e espiritual que favorece o modo de ser Igreja que se caracteriza pelo diálogo, o respeito e a acolhida às diferenças, a parceria. (WOLF, 2015, p. 208)

Segundo Rivero (2015), uma das concepções antropológicas mais centrais do Vaticano II refere-se à nova realidade da humanidade emergente do pós-guerra, na qual a Igreja pensa uma nova compreensão desses sujeitos e de sua história diante dos avanços da tecnologia e da opressão exercida pelo capital em muitos países, que por vezes geram uma crise de fé.

A centralidade da liberdade pessoal nesta nova atitude tem sua origem, por um lado, na necessidade da Igreja ser aceita e poder conviver num mundo cada vez mais plural e autônomo, em culturas e sociedades para as quais a liberdade de pensamento é um princípio fundamental de participação. Por outro lado, no âmbito religioso, tem sua origem na busca e nas experiências práticas do diálogo com outras confissões religiosas, o que permitirá ao Concílio sustentar teologicamente tal diálogo. [...] na insistência da unidade intrínseca do ser humano e na sua sociabilidade, a Igreja do Vaticano II se compreende e se define na relação com o mundo. (RIVERO, 2015, p. 94)

O Decreto *Unitatis Redintegratio* é complementado pela declaração *Dignitatis Humanae*, que significa “dignidade humana” ao trazer o discurso da liberdade religiosa.

[...] a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Consiste tal liberdade no seguinte: os homens todos devem ser imunes da coação tanto por parte das pessoas particulares quanto de grupos sociais e de qualquer poder humano, de tal sorte que em assuntos religiosos ninguém seja obrigado a agir contra a própria consciência nem se impeça de agir de acordo com ela, em particular e em público, só ou associado a outrem, dentro dos devidos limites. (*Dignitatis Humanae* apud VIER, 1968, p. 600)

O documento ressalta a importância da a vivência do respeito recíproco entre as comunidades religiosas, independente do credo que professam. Sobre o direito à manifestação das diferentes crenças, o Concílio Vaticano II declara que “[...] faz parte da liberdade religiosa que não se proíba às comunidades religiosas exporem livremente o valor peculiar de sua doutrina para a organização da sociedade e para a vitalização de toda a atividade humana.” (*Dignitatis Humanae* apud VIER, 1968, p. 604).

A Constituição *Gaudium et spes*, que significa “a Igreja no mundo de hoje” considera os problemas modernos de ordem social e propõe o resgate dos valores cristãos. Desse modo, fala-se em proporcionar o redescobrimiento do sentido da vida e da vivência comunitária, a aproximação com as pessoas com vistas aos seus dramas existenciais, a preocupação com os altos índices de pobreza e analfabetismo, a promoção da dignidade da família, o respeito pelas diversas culturas e a reflexão sobre as consequências do progresso e o desequilíbrio que ele causa na vida das pessoas. Ao que a Igreja expõe como crise de valores, a declaração *Gaudium et spes* (n.229) explica como uma evolução rápida e desordenada das coisas faz com que “o mundo se apresente ao mesmo tempo poderoso e débil, capaz de realizar o ótimo e o péssimo, abre o caminho da liberdade e o da escravidão, do progresso e do regresso, da fraternidade e do ódio.” E enfatiza que

A educação é uma atividade humana da ordem cultural; a cultura tem uma finalidade essencialmente humanizadora. [...] No entanto, ainda uma parte considerável dos habitantes da terra padece fome e miséria e inúmeros são analfabetos. Os homens nunca tiveram um sentido de liberdade tão agudo como hoje, mas ao mesmo tempo aparecem novas formas de escravidão social e psíquica. (*Gaudium et spes* apud VIER, 1965, p. 146)

A Declaração *Gravissimum Educationis*, traduzida como “o mais grave da educação” afirma a educação como um direito universal e recomenda que esta seja pautada pelos valores disseminados pelo cristianismo. O Vaticano II reconhece a importância da formação educativa na vida do homem e o papel fundamental que ela tem no desenvolvimento da pessoa, do progresso e da sociedade. Vê como prioridade a educação das crianças, defende a educação dos jovens e a formação continuada dos adultos, como se observa: “De fato, a educação dos jovens e mesmo certa formação contínua dos adultos, se por um lado se torna mais fácil, por outro lado se faz mais urgente, nas atuais conjecturas.” (*Gravissimum Educationis* apud VIER, 1968, p. 581). Explicita a contribuição de determinadas áreas do conhecimento na educação dos sujeitos.

Por isso, é necessário que, tendo em conta os progressos da psicologia, pedagogia e didática, as crianças e os adolescentes sejam ajudados em ordem ao desenvolvimento harmônico das qualidades físicas, morais e intelectuais, e à aquisição gradual dum sentido mais perfeito da responsabilidade na própria vida. Sejam formados numa educação sexual positiva e prudente, à medida que vão crescendo. (*Gravissimum Educationis* apud VIER, 1968, p. 583)

Nesta encíclica percebe-se também a atenção ao tratamento atribuído à família, vista como a primeira sociedade onde a criança é inserida e começa a se desenvolver, e reforça o papel dos pais como os primeiros educadores.

Os pais, que transmitiram a vida aos filhos, têm uma gravíssima obrigação de educar a prole e, por isso, devem ser reconhecidos como seus primeiros e principais educadores. Esta função educativa é tanto peso que, onde não existir, dificilmente poderá ser suprida. [...] A família é, portanto, a primeira escola das virtudes sociais de que as sociedades têm necessidade. (*Gravissimum Educationis* apud VIER, 1968, p. 585)

Sobre o acesso a um processo formativo, mesmo em espaços laicos, o Vaticano II incentiva a criação de escolas e faculdades, justamente para ampliar o atendimento e garantir o acesso à educação, para que se cultive um ambiente onde prevaleça a verdade, a caridade e a justiça. Nesse sentido, a educação tem o papel de promover um processo formativo, não para os fins adaptativos ou para a conformidade, mas para a transformação da sociedade. Na concepção de Fullat (1994), os processos formativos devem abranger todas as dimensões humanas, na

quais os sujeitos possam se emancipar não só para viver em sociedade, mas para atuar conforme a formação que recebeu. Em outras palavras, a educação tem a possibilidade de moldar a pessoa para o bem, ou para o mal.

Um processo que abrange o homem em todas as suas dimensões, e isto não somente na infância, mas durante toda a vida da pessoa. [...] vê-se que o processo educativo é algo constante e contínuo que vai além de inserir e socializar o sujeito. [...] A educação como arte é uma prática que dá forma ao homem – boa ou má. (FULLAT, 1994, p. 24)

A Igreja, por meio do Concílio Vaticano II pensou em atribuir aos sujeitos sociais um processo formativo de base cristã cuja finalidade se desse na sua conscientização quanto ao papel de sujeitos transformadores das estruturas injustas da sociedade, haja vista o bem comum.

O Decreto *Apostolicam Actuositatem*, cujo significado é “o apostolado dos leigos”, aborda o papel dos leigos no processo educativo da Igreja ao oferecer uma formação que contemple questões relacionadas à moral, à espiritualidade, à Teologia, à ética, à Doutrina e à Filosofia, sem esquecer-se de ensinar as diversas linguagens pastorais que se faziam necessárias para que a Igreja alcançasse e se fizesse entender pelas pessoas. Há, portanto, a abertura e incentivo à participação dos leigos nas atividades antes consideradas essencialmente função do clero ou das ordens religiosas. De acordo com Oliveira (1987), o termo “leigo” vem da palavra grega *Laikós*, que derivada de *Laós*, que significa “povo”. Na concepção de Armella (2015), a mulher teve papel de destaque nas atividades da Igreja a partir do Concílio, antes disso, as funções femininas nas pastorais e movimentos se davam de forma tímida.

Antes de João XXIII a Igreja considerava que o papel da mulher era o lar, deixando claro que para os homens era o trabalho fora de casa. No papado de Pio XII, todavia, começa-se a notar uma mudança nessa concepção, pois ele passa a dizer que a mulher está em igualdade dignidade e condição com o homem. E inclusive vai além, dando os primeiros passos para a abordagem do papel fundamental que deveria ter a mulher na vida social e pública. [...] No encerramento do Concílio, Paulo VI começava a tratar do tema da vocação da mulher para além das portas do seu lar. Esse discurso iniciava um longo percurso que as mulheres têm feito por décadas para conquistar um lugar, tanto na sociedade como na Igreja. Não podemos esquecer que nesse caminho, como em muitos outros, Igreja e sociedade andam de mãos dadas. Depois do Vaticano II foram acontecendo vários eventos que fizeram com que o tema da dignidade da mulher, dentro e fora da Igreja, seguisse em pauta. (ARSELLA, 2015, p. 289)

Todavia, Armella (2015) pontua que no papado de Paulo VI, este havia dado um cargo a uma mulher no Vaticano: “desde 1966, a Doutora Rosemary Goldie era vice-presidenta do Pontifício Conselho para os Leigos e a primeira mulher a

desempenhar um cargo no Vaticano”. Reflexo desse discurso, a Igreja instaura comissões que ampliavam a participação das mulheres na vida comunitária e nas atividades eclesiais. Conseqüentemente, aumenta consideravelmente a quantidade de leigos assumindo responsabilidades na Igreja, em grande parte mulheres, fato que acontece até os dias atuais. Por outro lado, esse discurso se apresenta de forma contraditória se pensar que a Igreja até os dias atuais delegou apenas parte de suas funções para a mulher. Embora as mulheres tenham sido reconhecidas na atuação pastoral, elas não foram diretamente ouvidas pelo Vaticano II. Pires (2015) traduz a realidade eclesial da atualidade ao pontuar as atividades que a mulher ainda não pode fazer na Igreja, como celebrar missa, por exemplo, evidencia que apesar das grandes contribuições que o Concílio trouxe, nesse campo não houve avanço, mesmo diante do ousado pensamento do papa Paulo VI, em relação ao papel social e político feminino.

E, finalmente, o Decreto *Inter Mirifica*, que quer dizer “algo maravilhoso”, trata da relação dos meios de comunicação social e a Igreja. Nesse discurso, a Igreja reconhece a importância dos meios de comunicação e defende a necessidade de formação para o uso consciente da informação.

Portanto, é intrínseco à sociedade humana o direito à informação naqueles assuntos que interessam aos homens, quer tomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme as condições de cada qual. O correto exercício desse direito, contudo, exige que a comunicação, quanto ao seu objeto, seja sempre verdadeira e, salva a justiça e a caridade, seja íntegra; ademais, quanto ao modo, seja honesta e equilibrada [...] pois nem todo conhecimento aproveita. (*Inter Mirifica* apud VIER, 1968, p. 569)

É inegável que a Igreja sempre fez uso dos meios de comunicação para difundir suas práticas e sua ideologia, mas o enfoque deste decreto é a reflexão acerca dos meios de comunicação como parte de um processo que visa atribuir formação aos sujeitos, e sendo assim, que tipo de formação é considerada ideal, como deve acontecer e até que ponto ela pode de fato contribuir para crescimento humano, até que ponto os meios de comunicação são formativos, informativos ou opressivos? Essas são inquietações da Igreja quando ela expressa a preocupação com os conteúdos midiáticos, que tendem a não formar e não emancipar o sujeito, mas promover certo desequilíbrio.

Todavia, o pensamento antropológico da Igreja, via Vaticano II, se consolida pela maneira ressignificada de olhar o mundo e incluir-se na contemporaneidade ao

fazer-se próxima da realidade humana. Entretanto é preciso esclarecer que sua antropologia diferencia-se da daquela que como ciência, se ocupa da cultura e vê o homem como um portador da mesma, que a cria e a transmite. Para Fonseca (1998), os elementos que compõem o conceito de cultura indicam que ela está relacionada à vida do homem, de um lado e, de outro, encontra-se em estado dinâmico, não sendo estática sua permanência no grupo. A cultura, objeto de estudo da antropologia, entendida como modos de vida comuns a toda a humanidade, com valores culturais diferenciados, linguagem e padrões de comportamento peculiares, tem estreita relação com a História.

Todas as culturas estão em incessante processo de reelaboração, introduzindo, modernizando seus valores, ajustando seu patrimônio tradicional às novas situações historicamente construídas pela sociedade. Neste sentido, a história também registra as transformações por que passam as culturas, sejam motivadas por suas forças internas, seja em consequência dos conflitos e contatos entre as mais diversas sociedades humanas. (FONSECA, 1998, p. 09).

Desse modo, compreende-se que aliada à História, a antropologia cultural procura definir o homem dentro de uma cultura ao estudar seus comportamentos, a partir de duas de suas ramificações: a etnologia que analisa as variáveis entre as sociedades e propõe a reconstrução da sua história cultural e a antropologia social, que se refere aos problemas relativos à estrutura social, relações entre pessoas e grupos, instituições sociais, família, associações políticas dentre outras relações que permeiam os sujeitos. (BARRIO, 2005, p. 21). O Concílio Vaticano II utiliza-se obviamente dessa antropologia científica, embora em seu discurso prevaleça a antropologia divina, pautada nos ideais do cristianismo e da tradição da Igreja, cujos pressupostos são de natureza teológica, ou seja, apesar de a Igreja pretender a aproximação com o homem e desejar a emancipação do mesmo na medida em que torna-se humanizada, ela não consegue desvincular-se totalmente de suas raízes dogmáticas históricas, em que pressupõe-se a seguinte hierarquia: Primeiramente Deus, a seguir a Igreja e em terceiro plano, o homem e a sociedade. Portanto, hierarquicamente, a antropologia teocêntrica sobrepõe-se à antropologia do homem e sua cultura. Desse modo, embora pregue o livre-arbítrio, ela não deixa os homens perder de vista a ideia de que um Deus os antecede cuja liberdade não se dá a priori. Para Pires (2015), pretensamente a Igreja quis ter a atitude do bom pastor que sai em busca das ovelhas perdidas, na tentativa de chegar a lugares onde antes não era possível sua ação. No entanto, apesar da nova visão que

promoveu, ela não consegue derrubar todos os muros.

Conclusão

Embora o Concílio Vaticano II se caracterize como um acontecimento impactante para a Igreja católica, não se pode pensá-lo como um fato isolado que provocou mudanças nas áreas pastorais da própria Igreja, mas como um marco que deu início a uma nova forma de pensamento que conseqüentemente modificou a forma de pensar a formação do homem. Apesar de grandes transformações, até a década de 1980 nem tudo o que o Concílio Vaticano II prescreveu foi possível realizar no Brasil. As inovações no âmbito pastoral aconteceram tardiamente ou muito lentamente, principalmente nas comunidades mais distantes e que não tinham acesso aos meios formativos, como é o caso da maior parte das pastorais e movimentos, que nem sempre viveram mudanças significativas.

No entanto, o Concílio Vaticano II traz algumas questões antropológicas que merecem ser retomadas, como: o resgate do sentido de comunidade, não só no sentido de comunidade cristã, mas comunidade humana; o reconhecimento sobre a importância e o papel da ciência em relação ao progresso na sociedade; a aproximação com pessoas advindas de outras crenças; a vivência dos valores nos processos formativos e nos espaços educacionais; a opção preferencial pelos pobres e injustiçados; a valorização dos leigos até determinado ponto, com destaque ao papel da mulher na maior parte das atividades eclesiais; a centralidade da liberdade pessoal; a preocupação com os problemas de ordem social e política; a necessidade de estar atento aos anseios dos sujeitos; o modelo formativo baseado no pressuposto da vivência dos valores cristãos na sociedade e na promoção da transformação social; a alteração de linguagem (menos doutrinal e mais coloquial), a começar pela liturgia, que passa a ser celebrada na língua vernácula de cada povo.

Dentre suas possibilidades, a Igreja fez o esforço no sentido de se inserir na realidade e promover um projeto formativo libertador, no qual o sujeito pudesse refletir sobre os problemas sociais e sobre as situações opressivas, buscando a emancipação, porém sem se distanciar de doutrina católica. Evidentemente que a Igreja quis ver o homem na sua essência, como um sujeito que vivesse sua liberdade e tivesse seus direitos de escolha respeitados, mesmo que fosse no campo da liberdade religiosa.

Todavia, esse modelo antropológico da Igreja diferencia-se de muitos aspectos que caracterizam a antropologia como ciência que estuda a cultura e os modos de vida do homem. Embora o Vaticano II se aproprie de tais aspectos, antes ele evidencia a antropologia teológico-filosófica, embasada pela tradição cristã, a partir de três vertentes: a criação do homem por Deus, o pecado como consequência da liberdade desenfreada do homem e a natureza misericordiosa de Deus por meio da redenção de Cristo – a referência e o modelo a ser seguido. Essas três concepções antropológicas são o ponto de compreensão do mundo, do homem e da Igreja, através de um dinamismo que ocorre entre crises e acertos.

Referências

ARMELLA, María Luisa Aspe. Um caminho de esperança: a mulher na Igreja a partir do Concílio Vaticano II. In BRIGHENTI, A.; ARROYO, F.M. **O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015. p. 288-307.

BARRIO, Angel Spina. **Manual de antropologia Cultural**. Instituto Joaquim Nabuco; Recife: Massangana, 2005.

BEOZZO. José Oscar. **A igreja latino-americana às vésperas do Concílio Vaticano: história do concílio ecumênico Vaticano II**. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulinas, 1993.

FULLAT, Octavi. **Filosofias da educação**. Trad. Roque Zimmermann. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Ralfy Mendes de. O leigo, a Igreja e o mundo. **Revista de Catequese**. São Paulo, ano 10, n. 39, p. 8, jul-set. de 1987.

FONSECA, Miriã. **Antropologia cultural**. Salvador: FTC, 1998.

PIRES, José Maria. A recepção do Concílio Vaticano II. In BRIGHENTI, A.; ARROYO, F.M. **O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015. p. 7-23.

PUCCI, Bruno. **A nova práxis educacional da Igreja (1968-1979)**. Coleção Educar hoje. São Paulo: Paulinas, 1984.

RIVERO, Juan de Velasco. Da Igreja, luz do mundo, alegria e esperança da Igreja. A virada antropológica do Concílio Vaticano II. In BRIGHENTI, A.; ARROYO, F.M. **O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015. p. 87-107.

VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações**. Petrópolis: Vozes, 1968.

WOLFF, Elias. O ensino ecumênico do Concílio Vaticano II. In BRIGHENTI, A.; ARROYO, F.M. **O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015. p. 208-243.